



Universidade: presente!

UFRGS
PROPESQ



XXXI SIC

21. 25. OUTUBRO • CAMPUS DO VALE

O Idealismo Transcendental no Quarto Paralogismo da primeira edição da *Crítica da Razão Pura* de Kant

Autor: Breno Franco

Orientadora: Silvia Altmann

Desde a sua primeira aparição em 1781, a *Crítica da Razão Pura* (CRP) de Kant foi acusada de oferecer apenas uma versão mais sofisticada do idealismo de Berkeley. Encontramos uma versão bastante contundente dessa acusação já na primeira resenha da obra, a famosa resenha de Göttingen, da autoria de Garve e Feder. O objetivo de minha pesquisa foi examinar se, e até que ponto, essa acusação é justa. Interessaram-me particularmente as acusações de que (i) Kant, assim como Berkeley, identificaria o objeto imediato de toda percepção com meras determinações do estado interno do sujeito, isto é, com meras representações, e de que, (ii) também como Berkeley, e com o mesmo objetivo de neutralizar as consequências céticas dessa identificação, Kant reduziria os objetos empiricamente reais, as “aparições” [*Erscheinungen*], ao estatuto de meras representações ou de construtos representacionais. Como os acusadores frequentemente apelam ao Quarto Paralogismo da primeira edição da CRP para defender essa interpretação, comecei por tentar compreender quais são os aspectos do texto e do argumento dessa seção que sugerem essa leitura. Num segundo momento, com o apoio da literatura secundária, tentei ver se esses aspectos do texto e do argumento podem ser interpretados de outra maneira.

Quais, então, os aspectos do texto e do argumento do Quarto Paralogismo que sugerem essa leitura subjetivista do idealismo de Kant?

Em primeiro lugar, Kant repetidamente identifica os objetos da experiência com “aparições” [*Erscheinungen*] e repetidamente identifica “aparições” com “representações” [*Vorstellungen*]. Com efeito, a própria definição que Kant oferece do seu idealismo transcendental no Quarto Paralogismo apresenta essas afirmações de maneira enfática: o idealismo transcendental é “a doutrina que considera [todas as aparições], globalmente, [como] simples representações e não coisas em si, e segundo a qual o tempo e o espaço são apenas formas sensíveis da nossa intuição, [e] não determinações dadas por si, ou condições dos objetos considerados como coisas em si” (A369). Além disso, além dessa equação *objetos empíricos = representações*, Kant frequentemente acrescenta algumas qualificações a essas afirmações: os objetos da experiência são “meras” representações que existem apenas “em nós” (A360, A383). É possível compreender essas afirmações de Kant de maneira não-subjetivista?

No Quarto Paralogismo da primeira edição, Kant nos apresenta uma distinção entre dois sentidos de “fora de nós” que, por implicação, nos proporciona uma distinção paralela entre dois sentidos de “em nós”. Quanto aos dois sentidos de “fora de nós”, Kant nos diz:

“A expressão ‘fora de nós’ traz consigo um equívoco inevitável, significando ora algo que existe como *coisa em si*, distinta de nós, ora algo que pertence simplesmente à *aparição* exterior (...). [Assim,] para colocar fora de dúvida este conceito tomado neste último sentido (...), distinguimos os objetos empiricamente exteriores daqueles que poderiam chamar-se assim no sentido transcendental, designando-os por *coisas que se encontram no espaço*” (A373)

Conforme essa distinção, dizer de um objeto qualquer que ele está “fora de nós” pode tanto significar que ele existe independentemente de nós (“distinto de nós como coisa em si”) quanto que ele se encontra no espaço (“pertence à aparição exterior”). Paralelamente, dizer de um objeto que ele está “em nós” pode tanto significar que ele não existe independentemente de nós quanto que ele não se encontra no espaço, pertencendo, em vez disso, à “aparição interna” (“é representado apenas em suas *relações de tempo*”). Os objetos externos (corpos), portanto, não são capazes de existir independentemente de nós e, nessa medida, existem “em nós” no primeiro sentido, no sentido transcendental. No entanto, eles não existem “em nós” no segundo sentido, isto é, não são objetos não-espaciais acessíveis apenas ao sentido interno e sujeitos apenas a relações de tempo. Dessa forma, a distinção entre dois sentidos de “fora de nós” parece demandar uma explicação não fenomenista do sentido no qual eles dependem de nós para existir, já que, aparentemente, não existem em nossas mentes como meras determinações do nosso estado interno.

Creio, porém, que há algumas razões para sermos céticos com relação a essa explicação não fenomenista. Em primeiro lugar, há algumas passagens em que Kant qualifica essa relação de dependência, e o modo como ele o faz parece comprometê-lo com uma redução dos objetos empíricos a meras determinações do estado interno do sujeito. Numa passagem ao final do Segundo Paralogismo, em que Kant nos explica como responder àquele que nos perguntasse se seres pensantes tal como são em si mesmos são materiais, ele nos diz:

“Se eu entendo por alma um ser pensante em si mesmo, a questão de saber se ele é ou não do mesmo tipo que a matéria – não sendo esta uma coisa em si mesma mas apenas uma espécie de representações em nós – é, pelos próprios termos em que é posta, ilegítima. Pois é óbvio que uma coisa em si mesma é de uma natureza diferente das determinações que constituem meramente o seu estado” (A360).

Assim, Kant não apenas atribui aos objetos empiricamente reais uma existência dependente do sujeito, como ainda substancia essa afirmação nos indicando em que sentido essa dependência deve ser compreendida, a saber, como uma relação de inerência.

Além disso, na Crítica ao Quarto Paralogismo, Kant argumenta que a atribuição do caráter transcendentalmente interno ao que é empiricamente externo possibilita ao idealista transcendental um *realismo empírico*, “isto é, admitir a existência da matéria sem sair da simples consciência de si próprio, nem admitir algo mais do que a certeza das representações em mim, por conseguinte, nada mais do que o *cogito ergo sum*” (A370). No mesmo espírito, Kant diz logo em seguida que, para o idealista transcendental, “desaparece a dificuldade em admitir a existência da matéria pelo mero testemunho da nossa simples consciência e em considerá-la *tão bem demonstrada quanto a minha própria existência como ser pensante*” (loc. cit.). Assim, o argumento que Kant apresenta na Crítica ao Quarto Paralogismo para refutar o idealista problemático parece não somente corroborar uma compreensão fenomenista dos objetos empiricamente reais no idealismo transcendental, como também tornar compreensíveis as motivações por trás dessa redução fenomenista. Tendo identificado o objeto imediato da percepção com meras determinações do estado interno do sujeito, Kant agora reduziria os objetos empiricamente reais a tais determinações, com o custo de lhes atribuir as mesmas condições de existência, mas com a vantagem de equipará-las quanto às suas condições de cognoscibilidade.